

**Marcelino Alves de Alcântara
Theodoro Vicente Agostinho**

AUXÍLIO-RECLUSÃO

Teoria e Prática

2ª Edição

**Revista e Atualizada de Acordo com a
Lei 13.846/2019 (Lei do Pente Fino) e a
EC 103/2019 (Reforma da Previdência)**

Curitiba
Juruá Editora
2020

Visite nossos *sites* na Internet
www.jurua.com.br e
www.editorialjurua.com
e-mail: *editora@jurua.com.br*

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Juruá Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

ISBN: 978-65-5605-128-4

JURUÁ
EDITORA

Brasil – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900
Fax: (41) 3252-1311 CEP: 80.030-475 – Curitiba Paraná Brasil
Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 Fone: (351) 223 710 600
Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: José Ermani de Carvalho Pacheco

Alcântara, Marcelino Alves de.

A347 Auxílio-reclusão: teoria e prática./ Marcelino Alves de Alcântara, Theodoro Vicente Agostinho./ 2. ed. rev. atual./ Curitiba: Juruá, 2020.
294p.; 21,5cm

1. Auxílio-reclusão. 2. Seguridade social. 3. Previdência social. I. Agostinho, Theodoro Vicente. II. Título.

CDD 344.02 (22.ed)
CDU 331.836

000032

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Bibliotecária: Maria Isabel Schiavon Kinasz, CRB9 / 626

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	19
2	SISTEMA DE SEGURIDADE SOCIAL	21
	2.1 Conceito e Abrangência	25
3	PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS	33
	3.1 Considerações Iniciais	33
4	PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS ESPECÍFICOS DA SEGURIDADE SOCIAL	35
	4.1 Universalidade da Cobertura e do Atendimento.....	35
	4.2 Uniformidade e Equivalência dos Benefícios e Serviços às Populações Urbanas e Rurais.....	39
	4.3 Seletividade e Distributividade na Prestação dos Benefícios e Serviços	41
	4.4 Irredutibilidade do Valor dos Benefícios.....	44
	4.5 Equidade na Forma de Participação do Custeio	46
	4.6 Diversidade da Base de Financiamento.....	47
	4.7 Caráter Democrático e Descentralizado da Administração	52
	4.8 Regra da Contrapartida.....	55
5	PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS GERAIS APLICÁVEIS AO AUXÍLIO-RECLUSÃO.....	59
	5.1 Dignidade da Pessoa Humana	59
	5.2 Do Mínimo Existencial.....	64
	5.3 Isonomia.....	66
	5.4 Isonomia Formal e Material	70

5.5	Solidariedade	73
5.6	Legalidade	76
6	HISTÓRICO DO AUXÍLIO-RECLUSÃO.....	79
7	PREVISÃO CONSTITUCIONAL	83
8	PREVISÃO LEGAL.....	89
9	APLICAÇÃO DAS REGRAS DA PENSÃO POR MORTE.....	93
10	CONCEITO E NATUREZA JURÍDICA	97
10.1	Risco Social.....	99
10.2	Reprovabilidade Social.....	102
11	BENEFICIÁRIOS.....	107
12	SEGURADOS.....	109
12.1	Aquisição da Qualidade de Segurado: Filiação e Inscrição.....	110
12.2	Segurados Obrigatórios	111
12.3	Segurado Empregado.....	111
12.4	Segurado Empregado Doméstico	116
12.5	Segurado Contribuinte Individual.....	117
12.6	Segurado Trabalhador Avulso	120
12.7	Segurado Especial	121
12.8	Segurados Facultativos	124
13	DEPENDENTES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL.....	127
13.1	Regras Específicas para o Auxílio-Reclusão	143
14	PRISÃO	151
14.1	Conceito de Prisão.....	151
14.2	Reclusão e Detenção.....	153
15	ESPÉCIES DE PRISÃO.....	155
15.1	Prisão Penal	155
15.2	Prisão Processual.....	157

15.3	Prisão em Flagrante	159
15.4	Prisão Preventiva.....	161
15.5	Prisão Temporária	166
15.6	Prisão Civil.....	169
15.7	Prisão para Fins Previdenciários.....	172
16	REGIMES PRISIONAIS	177
16.1	Regime Fechado	178
16.2	Regime Semiaberto	179
16.3	Regime Aberto	180
16.4	Regimes Prisionais para Fins Previdenciários	181
16.5	Progressão ou Regressão de Regime de Cumprimento de Pena.....	190
16.6	Progressão ou Regressão de Regime de Cumprimento de Pena para Fins Previdenciários	192
17	REQUISITOS PARA FRUIÇÃO DO BENEFÍCIO.....	195
17.1	Requisitos Gerais.....	196
17.1.1	Carência.....	196
17.1.2	Carência no auxílio-reclusão	198
17.1.3	Qualidade de segurado	202
17.1.4	Período de graça.....	203
17.1.5	Período de graça no auxílio-reclusão	205
17.1.6	Recebimento de remuneração.....	209
17.2	Requisitos Específicos.....	211
17.2.1	Demonstração de recolhimento à prisão.....	211
17.2.2	Demonstração de manutenção da prisão	214
17.2.3	Renda mensal	216
18	LIMITAÇÃO CONSTITUCIONAL DE BAIXA RENDA	217
18.1	Constitucionalidade da Limitação de Baixa Renda	219
18.2	Constitucionalidade Face aos Princípios Constitucionais.....	222
18.3	Baixa Renda do Segurado ou Dependente.....	227
18.4	A Baixa Renda e o Supremo Tribunal Federal.....	230
18.5	Problemáticas Relacionadas ao Requisito Baixa Renda.....	234

19	DATA DO INÍCIO DO BENEFÍCIO	247
	19.1 Valor do Benefício.....	253
	19.2 Prazo de Duração do Benefício	257
20	ACUMULAÇÃO DE BENEFÍCIO	261
21	CAUSAS DE SUSPENSÃO DE BENEFÍCIO.....	267
22	CAUSAS DA CESSAÇÃO DA RELAÇÃO JURÍDICA PREVIDEN- CIÁRIA	269
	REFERÊNCIAS	279
	ÍNDICE REMISSIVO	283